

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
ATUÁRIA

**A Crítica Furtadiana ao Fundo Monetário Internacional no começo da
década de 1980**

Aluno: Francisco Fernandes Gremaud

Orientador: Prof^a Dr. Alexandre Macchione Saes

SÃO PAULO

2022

FRANCISCO FERNANDES GREMAUD

4456333

**A Crítica Furtadiana ao Fundo Monetário Internacional no começo da
década de 1980**

Trabalho de Conclusão de Curso realizado sob orientação do Professor Dr. Alexandre Macchione Saes, a ser apresentado ao Departamento de Economia da (EAE) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Economia.

SÃO PAULO
2022

*Prepare o seu coração,
Pras coisas que eu vou contar...*
- Jair Rodrigues (1974)

RESUMO

GREMAUD, Francisco Fernandes. A Crítica Furtadiana ao Fundo Monetário Internacional no começo da década de 1980. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

Esta pesquisa busca entender e qualificar a crítica de Celso Furtado acerca da relação entre os governos brasileiros durante o período da Ditadura Militar e o Fundo Monetário Internacional. Com adoção de uma metodologia de revisão bibliográfica e documental, o trabalho possui caráter exploratório e é essencialmente descritivo. Em um primeiro momento, é realizado o levantamento dos textos que já abordam a temática, a fim de situar o leitor no estado da arte. Nota-se, ainda, que todo o trabalho se atém principalmente na análise de três textos de Furtado, sendo eles *O Brasil Pós-“Milagre”* (1981), *A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo* (1982), e *Não à Recessão e ao Desemprego* (1983). Em seguida, analisa-se a vida e a obra de Celso Furtado, destacando pontos cruciais para a compreensão dos demais tópicos do artigo. Isto posto, é feita uma contextualização histórica, destacando o cenário nacional e internacional. O enfoque é dado na questão da dívida externa brasileira, ponto crucial para a compreensão do último capítulo, em que se analisará a crítica furtadiana ao FMI.

Palavras-chave: Celso Furtado, FMI, dívida externa, desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, instituições internacionais

SUMÁRIO

Introdução.....	5
1. Revisão de Literatura.....	8
2. Vida e obra de Celso Furtado.....	16
2.1. 1920 a 1948: do nascimento à defesa da Tese de Doutorado.....	16
2.2. 1948 a 1957: atuação na CEPAL.....	16
2.3. 1957 a 1959: afastamento da CEPAL, criação da Sudene e pré-Golpe.....	18
2.4. 1964 a 1979: do início da Ditadura Militar ao retorno do exílio.....	20
2.5. 1979 a 1989: transição democrática e foco no debate sobre dívida externa.....	20
2.6. 1988 a 2002: últimos estudos e entrada para História.....	21
3. Contextualização histórica: a crise da dívida externa na década de 1980.....	23
3.1. O panorama internacional.....	23
3.2. O contexto nacional.....	25
4. A visão furtadiana do FMI.....	31
Conclusão.....	38
Referências Bibliográficas.....	39

INTRODUÇÃO

O pensamento do economista Celso Furtado é objeto de diversos estudos e debates na academia brasileira e também internacional. Tendo ocupado o posto de professor da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Sorbonne, o intelectual paraibano é tido como referência mundial nos estudos sobre o desenvolvimento dos países periféricos do sistema capitalista. Junto com o argentino Raúl Prebisch, é considerado como um dos fundadores da teoria cepalina, originada a partir dos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU).

Sua vida e obra sempre se entrelaçaram, ao passo que também tiveram ampla relação com a conjuntura enfrentada por Furtado. Assim sendo, essa pesquisa destina um capítulo ao estudo de sua trajetória, destacando elementos importantes para a compreensão de seus posicionamentos e teses econômicas.

Com uma obra diversa nas temáticas tratadas e rica na originalidade de seus conceitos e teorias, seu debate segue sendo consideravelmente atual e necessário, ainda havendo diversos pontos em específico que carecem de mais análises e pesquisas na literatura. Dessa forma, este trabalho de Monografia busca se focar justamente em um desses pontos: a crítica furtadiana a respeito dos acordos firmados entre os governos militares brasileiros e o Fundo Monetário Internacional (FMI) na década de 1980.

Para isso, o centro desta pesquisa será um conjunto de três livros escritos por Celso Furtado sobre a conjuntura econômica brasileira durante a crise da dívida externa no início da década de 1980: *O Brasil Pós-"Milagre"*, de 1981, *A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo*, de 1982, e *Não à Recessão e ao Desemprego*, de 1983. Segundo Grandi (2020), consiste, pois, em uma trilogia que aborda de modo crítico a temática do ajuste recessivo.

A visão do autor neste período mencionado, entre os anos de 1981 e 1983, era extremamente pessimista em relação às políticas macroeconômicas vigentes e anteriormente aplicadas pelo governo da Ditadura Militar. Segundo Furtado, tais políticas foram responsáveis por “uma excessiva abertura financeira que restringiu consideravelmente nossa autonomia de decisão” (FURTADO, 1983, p 16).

Destaca-se aqui o forte posicionamento crítico do economista em relação às negociações brasileiras com o FMI. As condições para se obter um empréstimo com o Fundo eram negativas para o país, uma vez que impunham uma política de cunho monetarista para combater a elevada inflação nacional e reforçam uma forte dependência econômica do Brasil em relação aos intermediadores financeiros internacionais (FURTADO, 1982)

Em um artigo recentemente publicado no Boletim de Informações FIPE, o professor Guilherme Grandi (2020) discorre a respeito da crítica furtadiana:

Este era o principal incômodo de Furtado à época, qual seja, a perda do controle governamental sobre o grau de liquidez da economia. Se antes a inflação incidia mais sobre o preço dos bens finais, no início dos anos 1980 as circunstâncias impunham demasiada pressão sobre o mercado de capitais, levando ao aumento das taxas de juros e inflacionando os custos financeiros do setor produtivo. A hipertrofia da intermediação financeira então resultante, em linha com a doutrina política do FMI, impunha a contração da demanda, isto é, a recessão como forma de enfrentar a inflação, porém ao custo de desestimular o investimento na produção. O assim chamado ajuste recessivo foi a última evidência que Furtado precisava para sustentar a sua crítica de que o governo militar se encontrava na lona, nocauteado, ou de joelhos implorando perdão aos credores e totalmente entregue às condicionalidades políticas das finanças internacionais. É essa perda de autonomia política e controle sobre os agregados monetários que mais inquietava Furtado. (GRANDI, 2020)

Além disso, esta pesquisa buscará entender também quais ações o Brasil e os demais países periféricos deveriam utilizar como forma de resistir a esta “nova dependência”. O autor chega a comentar algumas propostas, em especial uma possibilidade de união dos países devedores com o objetivo de elevar o poder de barganha do grupo frente aos organismos financeiros internacionais, como o FMI (FURTADO, 1982).

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, com levantamento de dados sobre a vida e a obra Celso Furtado, seu posicionamento acerca da dívida externa e sua crítica ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, a pesquisa teve caráter exploratório, resultando em um texto eminentemente descritivo.

Desta forma, a presente pesquisa discutirá estes dois casos de organização internacional periférica sob a lógica de um modelo alternativo de desenvolvimento ao historicamente em vigor no Brasil, buscando avaliar semelhanças entre estas experiências e a crítica furtadiana previamente estudada.

REVISÃO DA LITERATURA

Como já mencionado anteriormente, este trabalho tem como foco a análise de três obras de Celso Furtado do início da década de 1980: *O Brasil Pós-“Milagre”* (1981), *A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo* (1982) e *Não à Recessão e ao Desemprego* (1983). Nelas, o autor visa explorar as causas do endividamento externo brasileiro e apresenta prognósticos para a estabilização econômica e a retomada do desenvolvimento do país.

Furtado (1981), escrito em um contexto de agravamento do quadro de crise internacional como consequência do Segundo Choque do Petróleo, visa analisar a realidade brasileira e, ao mesmo tempo, propor linhas de ação para melhorá-la. Após uma retomada histórica, o economista aponta que após o golpe de 1964, houve mudanças institucionais que proporcionaram tanto um maior crédito ao consumo das classes mais abastadas quanto a redução dos níveis salariais do país. Com isso, a demanda se relacionava essencialmente com empresas produtoras de bens duráveis de consumo ao gerar concentração de renda. Assim, durante o chamado “milagre”, houve um enorme crescimento da produção manufatureira brasileira, mas isso, por sua vez, ocorreu à revelia de mudanças estruturais no sistema, ou seja, sem elevação da capacidade de autotransformação.

Dessa forma, o financiamento do sistema industrial brasileiro se deu através de endividamento externo, cuja consequência foi a perda de capacidade por parte do Banco Central do Brasil e do Ministério da Fazenda de intervir nos campos fiscal, monetário e cambial. Ademais, Furtado (1981) ressalta que não há surpresas no avanço paralelo da inflação, uma vez que o endividamento externo do governo a retroalimentou. Assim, afirma que

Tudo indica que a entrada de recursos reais constituiu tão-somente uma operação destinada a absorver pressão inflacionária, ela mesma em parte gerada pela acumulação de reservas de câmbio. A brusca intensificação dos recursos externos, que permitiu o substancial aumento das importações no começo do período e a subsequente acumulação de reservas de câmbio, operou de forma similar a uma degradação nos termos de intercâmbio, dando origem a um processo circular pelo qual o efeito perverso inicial requereu novo influxo de recursos para compensá-los, e assim por diante. (FURTADO, 1981)

A obra também critica a histórica baixa taxa de investimento no país, persistente entre outros fatores pela elevada desigualdade de renda no Brasil e pela baixa propensão à poupança das classes mais abastadas da sociedade. Nesse contexto, Furtado (1981) pontua que a transformação da sociedade brasileira ocorrerá através da ação política que vise transformar as bases de sustentação do Estado e que “em razão de sua industrialização tardia, a sociedade brasileira conhecerá necessariamente uma evolução diversa, sendo provável que nela a luta de classes desempenhe um papel também diverso” (FURTADO, 1981)

Diante disso, o autor formulou cinco recomendações para a reconstrução dos setores produtivos, sendo elas: (i) a necessidade de elevar a taxa de poupança disponível para o investimento reprodutivo; (ii) a modificação da forma de inserção da economia brasileira no sistema de divisão internacional do trabalho; (iii) a liberação da massa da população do círculo vicioso da pobreza; (iv) a diminuição os custos da matriz energética nacional e repensar a questão espacial das atividades industriais, bem como o tipo de ocupação territorial em grandes centros urbanos; e (v) a assumpção, pelo Brasil, de papel que lhe cabe como a maior economia do Terceiro mundo.

Por fim, na segunda parte do livro, em que aborda o quadro internacional, Furtado (1981) destaca quatro linhas de forças que transformaram o mundo. São elas: (i) o crescimento da integração dos mercados dos países industrializados capitalistas sob hegemonia estadunidense; (ii) o avanço da acumulação em áreas até então fora do sistema capitalista; (iii) o aumento do peso da carreira armamentista na economia mundial; e (iv) a emergência do Terceiro Mundo na esfera mundial.

Grandi (2020), em artigo comemorativo aos 100 anos de Celso Furtado, analisa o texto *O Brasil Pós-“Milagre”* (FURTADO, 1981). Destaca, pois, que o chamado “triênio do ajuste recessivo” (1981-1983) foi marcado pelo agravamento do quadro da crise internacional devido ao Segundo Choque do Petróleo e, no Brasil, pela questão da dívida externa e aumento da inflação. Foi também marcado por negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pela assinatura do acordo de empréstimo de salvação, objeto de estudo da presente pesquisa. Conforme ressalta Grandi,

Para alguns autores, o início das tratativas com o FMI frente ao desempenho ruim da economia brasileira em 1981 (retração de 4,3% do PIB) é a constatação de que tais países seriam responsabilizados pela crise mundial, uma vez que o Fundo agiria em defesa dos interesses do capital financeiro, isto é, dos credores internacionais,

por meio das condicionalidades macroeconômicas impostas aos países endividados para a viabilização do estabelecimento de um “acordo de cooperação”. Tais credores exigiam fundamentalmente, ou tinham a expectativa de que os governos dos países periféricos como o Brasil se engajassem na tarefa de realizar o equilíbrio (ou o ajuste) monetário dos seus respectivos balanços de pagamento. Para tanto, o Fundo exigia que fosse adotada uma série de medidas restritivas, cujo resultado imediato seria um agravamento do quadro recessivo da economia nacional. Por esta razão, Furtado se opôs veementemente à continuidade das negociações do governo brasileiro com o FMI ao longo de todo o ano de 1982. (GRANDI, 2020, p.2)

Outrossim, reforça os efeitos negativos do ajuste recessivo, que levou à retração do setor industrial, à deterioração dos termos de troca, ao aumento da renda líquida remetida ao exterior e, especialmente, ao endividamento externo. Isso, por sua vez, é fruto das medidas tomadas pelo governo brasileiro durante o “milagre econômico”. Como realça Grandi, a centralidade desta obra de Furtado está no fato de que o crescimento econômico nesse período ocorreu sem que houvesse um desenvolvimento da estrutura produtiva do Brasil, mantendo-se uma baixa capacidade de autotransformação. Com isso, aponta também os efeitos negativos de tais decisões econômicas, especialmente no âmbito social.

Já em *A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo*, Furtado (1982) responsabiliza tanto o II Plano Nacional de Desenvolvimento, quanto a elevada dívida externa do país por toda a política econômica do período militar até então. Além disso, critica um provável acordo do Brasil com o FMI, justificando que este apenas beneficiaria os intermediadores financeiros. Segundo ele, é fundamental elucidar questões de política econômica sem deixar de lado o cotejamento, tendo em vista o cenário econômico global. Isto porque tal cenário tomava caminhos diferenciados na passagem da década de 1970 para 1980, objetivando estabelecer uma nova configuração da divisão do trabalho.

Ainda, para o autor, a premissa inicial é a de que as economias subdesenvolvidas não passam por um processo sequencial, previsível, até que se tornem desenvolvidas. Na sua visão, o desenvolvimento é a ampliação das formas produtivas que resulta no crescimento dos alicerces substanciais do grupo social, bem como da capacidade de produção e da receita nela envolvida. Assim, se é verdade que a noção de desenvolvimento traz a perspectiva de equilíbrio entre capital e compra, também é verdade que abrange uma distribuição de renda mais equitativa que deve minimizar os efeitos de segregação social.

Contudo, o aspecto mais importante do livro consiste na conceitualização de uma “nova dependência” gerada pela quebra da soberania nacional devido ao serviço da dívida

externa do país. No início da década ora analisada, os juros mais amortizações absorviam cerca de 80% das receitas de suas exportações e era três vezes superior ao valor das reservas cambiais mantidas pelo Banco Central do Brasil. Assim, o endividamento se mostrava contínuo e incontrolável, levando o economista a propor uma resposta dos países do terceiro mundo frente ao monetarismo do FMI, algo nos moldes de uma OPEP dos países devedores.

Guilherme Grandi, no texto *Celso Furtado: A Nova Dependência* (2020), analisa o segundo livro da trilogia. Para o professor, fica nítida a crítica furtadiana ao modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar. Reconstrói, assim, os pareceres de Celso Furtado acerca da conduta da industrialização brasileira e de seu aspecto tecnológico. Nota-se:

Furtado considerava que a superação do subdesenvolvimento não dependia apenas da industrialização em si, mas de um padrão tecnológico definido autonomamente, orientado para o atendimento das necessidades da população historicamente excluída dos frutos do progresso técnico e adaptado à “dotação de fatores” local, ou seja, que não fosse intensivo em capital e sim em trabalho. Se a escolha da tecnologia mimetizasse as técnicas produtivas usadas nos países centrais para produzir bens de consumo duráveis acessíveis apenas a uma minoria nas periferias, a heterogeneidade característica do subdesenvolvimento seria preservada, à medida que uma parcela significativa da população continuaria alheia aos frutos do progresso técnico. Isto acabaria levando à estagnação que marcaria a inviabilidade do desenvolvimento e da própria industrialização, por conta da carência de mercados gerada pelo subconsumo das massas. (apud BASTOS, GRANDI, SAES, 2018, p. 217)

Para mais, Grandi (2020) aponta que a desproporção externa, a pressão inflacionária, a concentração de renda e as assimetrias locais ficam evidentes através dos critérios histórico e estrutural adotados por Furtado, ressaltando a relação assimétrica entre centro e periferia. Assim, desconstrói a ideia de que as economias subdesenvolvidas devem passar por um processo sequencial para se tornarem desenvolvidas. Pelo contrário, o desenvolvimento na visão furtadiana deve ser compreendido como o aumento das formas de produção, que leva ao crescimento dos alicerces substanciais do grupo social e da capacidade produtiva e de receita. Nesse sentido,

No entender de Furtado, a superação da condição de subdesenvolvimento das economias depende de uma forma de acumulação de capital que redunde numa socialização dos ganhos de produtividade de tal monta que o excedente possa ser

canalizado para a expansão e diversificação do consumo e para o crescimento da taxa de investimento, numa relação de reciprocidade que crie condições para a continuidade do processo de acumulação. Ou seja, os incrementos de renda não podem ser apropriados por apenas uma fração da sociedade – pela elite econômica –, mas devem ser distribuídos mais igualitariamente pela população como um todo, fortalecendo assim o mercado interno. (GRANDI, 2020, p. 80 e 81)

Já na terceira obra a ser analisada, Furtado (1983) ressalta que o sistema econômico como um todo encontra-se em crise e que o processo de ajustamento brasileiro é uma forma de ampliação da dependência. Isto posto, destaca que é preciso retomar a liberdade de ação, desvinculando-se da tutela do FMI, uma vez que, segundo afirma, o Fundo se tornou “instrumento para impor ao países do Terceiro Mundo normas tendentes a aprofundar a internacionalização de suas economias, que deixam de ser sistemas autocontroláveis para tornarem-se extensões do mercado internacional” (FURTADO, 1983). A respeito disso, afirma ainda que

Em primeiro lugar, [para recuperar o controle da economia é preciso] liberar-nos da tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, em segundo, definir soberanamente as condições em que o Brasil satisfará os seus compromissos financeiros externos no contexto da crise internacional. Os dois problemas estão ligados, pois o Brasil não aceitou a tutela do FMI de moto próprio, e sim porque os seus credores externos, particularmente os bancos privados internacionais, impuseram essa condição para refinaranciar a dívida. Por esse meio pretendem os banqueiros assegurar-se de que o governo brasileiro colocará os interesses dos credores [...] acima de qualquer consideração; de que a economia será ‘ajustada’ de forma a capacitar-se para produzir dólares para os seus credores a qualquer custo. (FURTADO, 1983)

A isso, Furtado (1983) acresce a necessidade de eliminação da raiz da inflação, que estaria na baixa produtividade do sistema econômico, refletindo na incoerência do processo de investimento e na insuficiência da capacidade de geração interna de poupança. Para tanto, seria preciso atacar o atual modelo de crescimento e a taxa de poupança, bem como a necessidade de aumentar a resistência da economia às flutuações da capacidade de importação. Dessa forma, aponta que é preciso “recuperar a liberdade de ação, de reconstruir os instrumentos de política econômica, de redirecionar os investimentos e de modificar o modelo de desenvolvimento” (FURTADO, 1983)

Ao debater temas para uma perspectiva econômica brasileira, Furtado (1983) aponta cinco "falácias" (FURTADO, 1983) que embasam a ação econômica do governo militar. São

elas: (i) a da interdependência internacional, (ii) a de que as elites estrangeiras possuem maior capacidade de julgar nossos problemas do que nós mesmos; (iii) a de que existe preocupação real dos credores acerca das nossas decisões; (iv) a de que o desenvolvimento nacional é fundado na poupança externa; e (v) de que é preciso insistir na recessão às custas do povo para sair da crise.

Reforça, pois, como o aspecto político do regime militar impactou a adoção dessa política recessionista, que por sua vez impacta na inflação e no desemprego, uma vez que há menos pessoas envolvidas na tomada de decisões acerca do rumo da política econômica. No mesmo sentido, no âmbito industrial, Furtado tece críticas ao modelo adotado e realça a necessidade de investimento em tecnologia, uma vez que “só o avanço tecnológico, a nível do processo e do produto, assegura a uma atividade industrial uma efetiva capacidade competitiva internacional” (FURTADO, 1983)

O economista também caracteriza a crise econômica global como estrutural, ocasionada em especial pelo desajuste estrutural do sistema econômico mundial após a maior integração dos mercados nacionais, a crise do sistema bancário privado internacional e pelo excessivo endividamento externo dos países do Terceiro Mundo, sendo este último fator a nova expressão da dependência econômica.

Em *Celso Furtado, 100 anos: Não à recessão e ao desemprego (1983)*, Grandi (2020) destaca o tom de crítica de Furtado em relação à política recessiva do governo brasileiro como estratégia de combate à crise internacional e ao endividamento externo. Este, por sua vez, teve três objetivos: (i) amortecer pressões inflacionárias; (ii) garantir importações em excesso e baratas; (iii) ampliar a poupança externa para manter a taxa de crescimento alta. Enfatiza, ainda, a problemática da concentração de renda, que aumenta a fração direcionada ao financiamento do consumo de duráveis e reduz a taxa de poupança.

Grandi (2020) também destaca que o principal incômodo de Furtado à época era justamente a perda do controle governamental sobre o grau de liquidez da economia. Conforme explica o professor, a hipertrofia da intermediação financeira então resultante, em linha com a doutrina política do FMI, impunha a contração da demanda, isto é, a recessão como forma de enfrentar a inflação, porém ao custo de desestimular o investimento na produção. Esta, pois, seria a última evidência que Furtado precisava para sustentar sua crítica de que o governo militar estava fracassado.

Especificamente sobre o FMI, Grandi (2020) ressalta que a crítica furtadiana concentrava-se no ponto de que a missão do FMI no Brasil impelia o governo brasileiro a ter que escolher entre reduzir os salários reais e aumentar o desemprego. Com isso, tal política visava aprofundar o quadro recessivo da economia de modo a fazê-la se adaptar ao nível mais baixo de sua capacidade de importação e ao aumento de salários exportadores, em atendimento às prescrições políticas do Fundo e dos credores internacionais.¹

Por fim, analisa-se o caráter estrutural da crise global que afetou também os países de industrialização avançada. Diante disso, destaca que, segundo a conclusão de Furtado, a crise que se abateu sobre a economia brasileira nos anos 1980 não derivou apenas da paralisia da gestão econômica governamental e do modelo de desenvolvimento excludente e antissocial do regime militar, mas também de opções equivocadas feitas pelos governos das principais economias capitalistas que falharam em realizar reformas, no âmbito mundial, com vistas a melhor coordenar e controlar os fluxos comerciais e financeiros entre os países. Dessa forma, mais uma vez, fica nítido que a crise não era fortuita e muito menos fruto do acaso histórico.

Outro artigo utilizado para complementar a análise dos livros foi *Celso Furtado: Intérprete da Dependência*, de Rômulo Manzatto e Alexandre Macchione Saes (2021), que examina os usos e conotações do conceito de “dependência” no pensamento furtadiano a partir de uma reconstituição dos contextos em que tal ideia foi empregada. Segundo os autores, os analistas da dependência enfatizaram mais os aspectos internos como a estrutura de classes, bem como o sistema capitalista mundial marcado pelo imperialismo. Ademais, apontam que Celso Furtado elaborou uma terceira perspectiva da teoria da dependência, contrariando a visão da existência de desenvolvimento em situação de dependência (como sustentado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto), bem como a visão marxista de que não haveria mais perspectivas para a realização de um projeto de desenvolvimento nacional (como defendido por André Gunder Frank). Isso posto, realizam uma retomada histórica dos estudos de Furtado, destacando as diferentes acepções do termo “dependente” ao longo do tempo. Destaca-se, ainda:

¹ Segundo Grandi (2020), o ajuste recessivo é um tipo de política que só faz sentido ser adotada em países com elevados níveis de renda, com política de seguridade social e proteção ao emprego, reservas de câmbio em níveis adequados e amplo acesso ao crédito externo, o que não se enquadra no caso brasileiro, em que o governo ditatorial perdeu completamente sua capacidade de manejar adequadamente a política monetária, o controle sobre a liquidez, o custo do dinheiro, a política cambial e a fiscalização às instituições financeiras.

A leitura nacional dependente de Celso Furtado, ao longo dos anos 1980, reforçava a centralidade da democracia como instrumento político para a construção de um projeto nacional, sustentado por uma coalizão de classes. No quadro econômico, reiterava a necessidade de retomada dos centros internos de decisão como instrumento central para viabilizar uma política mais autônoma efetivamente voltada aos interesses nacionais. Em *A nova dependência*, por exemplo, no quadro do endividamento externo latino-americano, Furtado (1982, p. 46; p. 59) sustentava a ideia de que os países devedores deveriam criar uma organização para negociar em bloco com as instituições credoras. (MANZATTO, SAES, 2021, p. 21)

Além disso, como em um primeiro momento, a presente pesquisa reconta a história de Celso Furtado, cuja vida e obra estão intrinsecamente relacionadas, foi necessário também analisar textos que tratassem desse aspecto mais amplo. No texto *Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo II*, Tamás Szmrecsányi (2001) reconstrói a trajetória teórica de Furtado desde o início da década de 1950 até meados dos anos 1980, abordando as principais obras e seus conteúdos nas diferentes fases da vida do economista.

Também foram utilizados outros artigos, com visões diferentes da defendida por Furtado, para aprofundar o debate sobre as causas da crise da dívida externa brasileira no começo da década de 1980. Em Malan (1983), é traçado um panorama histórico do endividamento externo e analisa a relação entre Brasil e FMI, enquanto Salomão (2016), também retrata os acordos entre o governo brasileiro e a instituição financeira multilateral, além de associar a crise da dívida com a necessidade de financiamento do II PND.

1. VIDA E OBRA DE CELSO FURTADO

2.1. 1920 a 1948: do nascimento à defesa da Tese de Doutorado

Celso Monteiro Furtado, conhecido apenas como Celso Furtado, nasceu em Pombal, no estado da Paraíba, em 26 de julho de 1920. Viveu parte de sua juventude no Rio de Janeiro, onde formou-se em Direito na Faculdade Nacional de Direito, Ciências Jurídicas e Sociais, em 1944. Foi, pois, na universidade que despertou seu interesse pelos estudos da economia. No início de sua carreira, atuou como servidor público do DASP e dedicou-se ao jornalismo, participando ativamente da elaboração de revistas que abordavam temas históricos, artísticos, políticos e acerca da administração e dos serviços públicos, com destaque para a Revista *a Semana* e os semanários *Panfleto* e *Observador econômico e financeiro*.

No ano seguinte, o qual também marca o final da 2ª Guerra Mundial, tornou-se aspirante oficial da Força Expedicionária Brasileira (FEB). A experiência permitiu que Furtado passasse a ter um olhar mais atento sobre os Estados Unidos e sobre a Europa, a qual admirava bastante. Com interesse de retornar à Europa, realizou entre 1946 e 1948, sua tese de Doutorado em economia na Universidade Paris-Sorbonne, denominada *L'économie coloniale brésilienne (XVIe et XVIIe siècles): éléments d'Histoire Économique applique à l'analyse de problèmes économiques et sociaux modernes* (1948).

A obra, que depois viera a ser parte da reflexão mais abrangente do famoso livro *Formação econômica do Brasil* (FURTADO, 2001), aborda os antecedentes portugueses da colonização do Brasil, com foco na expansão comercial e no sentido do processo colonial; a formação da colônia; os ativismos coloniais do Brasil no período contemporâneo do autor e as heranças da economia colonial. A partir desse debate, Furtado (2011, p. 169) conclui que “o problema básico com que se depara o país (...) não poderá ser enfrentado sem uma perfeita inteligência das condições econômicas e sociais que o criaram”, contribuindo ativamente para o debate social e econômico brasileiro naquele período.

2.2. 1948 a 1957: atuação na CEPAL

As contribuições de Celso Furtado, contudo, estavam apenas no início. Em 1949, ele se mudou para Santiago do Chile para trabalhar na recém-criada Comissão Econômica para América Latina (Cepal), vinculada à Organização das Nações Unidas. No ano seguinte, foi nomeado diretor da divisão de Desenvolvimento Econômico da mesma, além de conduzir uma série de estudos e espaços internos.

O período era marcado por um contexto pós-Segunda Guerra Mundial e consequentemente, início da Guerra Fria. Do ponto de vista econômico, o keynesianismo e as teorias do desenvolvimento tomavam espaço. Isso posto, a CEPAL foi instituída a fim de buscar uma resposta latino-americana para o desenvolvimento da região.

Segundo a Teoria do Desenvolvimento Periférico da CEPAL (BIELSCHOWSKY, 2000), o subdesenvolvimento é uma condição periférica, englobando países que passaram por um processo de industrialização espontânea e sem precedentes a partir de 1930. Há, pois, duas teses fundamentais: a estruturalista sobre a inflação e a da substituição de importações. O planejamento é compreendido como instrumento para intervenção econômica e o protecionismo como necessário.

A partir disso, Furtado passa a formular sobre a economia brasileira em três eixos principais, sendo eles: (i) o crescimento econômico no Brasil, que não gerou elevação da produtividade; (ii) o desenvolvimento de um núcleo industrial; (iii) o desenvolvimento do mercado interno e as consequências da industrialização.

No período, o economista publica diversos livros, sendo os principais *Características gerais da economia brasileira* (1950), *Formação de capital e desenvolvimento econômico* (1952), *A economia brasileira: contribuição à análise de seu desenvolvimento* (1954) e *A economia dependente* (1956). Desses, destaque-se o primeiro, o qual aborda a estrutura colonial brasileira e seus impactos econômicos, o crescimento econômico brasileiro, que não gerou aumento da produtividade e o desenvolvimento de um núcleo industrial e, consequentemente, de um mercado interno. Com isso, traz também conceitos inovadores como a noção de deterioração dos termos de troca, de Prebisch, e a ideia de socialização das perdas.

Entre 1948 e 1957, portanto, nota-se que a contribuição do economista foi ainda maior do que no anterior. Furtado adquire experiência com estudos técnicos valorizando a intervenção econômica, contribui com a formulação da teoria do subdesenvolvimento, que

vai culminar, anos depois, na publicação da obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961) e passa a realizar as primeiras análises sobre a economia brasileira de sua época. Ademais, começa a adotar características fortes que revelam sua abordagem histórico-estrutural: a divisão da economia mundial entre centro e periferia e a utilização da história para analisar a dinâmica econômica recente, a defesa da industrialização para reversão do subdesenvolvimento, seja via protecionismo, seja via planejamento.

2.3. 1957 a 1964: afastamento da CEPAL, criação da SUDENE e pré-Golpe

Em 1957, Celso Furtado se afasta da CEPAL, dedicando-se ao oferecimento de cursos e seminários e ao seu próprio estudo, em Cambridge. É nesse período, marcado pelo chamado “ciclo ideológico do desenvolvimentismo” (BIELSCHOWSKY, 2000), que escreve o famoso livro *Formação Econômica do Brasil*, publicado em 1959. Este visa fornecer ao leitor uma noção do conjunto do processo histórico responsável por criar as condições contemporâneas. Desde então, pontua a questão da ausência de uma estrutura produtiva para o desenvolvimento industrial, bem como a necessidade de coordenar esforços para superar os obstáculos estruturais que limitam o desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 136).

Nesse período, são eixos interpretativos de sua obra a compreensão da industrialização nacional como forma de superação do atraso e o pensamento estruturalista, ambos como forma de compreensão do subdesenvolvimento. Contudo, não consegue tecer previsões concretas para o futuro.

Em 1958, o economista realiza trabalho no BNDE, como diretor dos temas do Nordeste, projetando-se nacionalmente nessa área. É então nomeado pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, interventor junto ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), região que enfrentava um grave problema de seca, a qual trazia consigo a fome e a miséria. Logo em seguida, lançou-se a ideia de transformação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) em uma estrutura mais atuante, que daria origem à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A SUDENE foi criada em meio a um grande movimento de opinião pública que assumiu caráter nacional. A argumentação se baseava no fato de que o nordeste era a mais extensa área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano e de que havia um amplo grau de desequilíbrio regional. O anteprojeto de lei dispendo sobre sua criação teve

difícil tramitação no Congresso, devido a resistências à nomeação de Furtado para dirigir o órgão. Enquanto trabalhava na organização da entidade, Celso Furtado empenhou-se na luta pela aprovação do projeto no Congresso e por sua aceitação pela opinião pública.

O plano de ações da Sudene visava a intensificação dos investimentos industriais para criar na região um centro autônomo de expansão manufatureira e também a transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a garantir uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos. Além disso, tinha por objetivo transformar gradativamente a economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas, bem como deslocar a fronteira agrícola para incorporar as terras úmidas do Maranhão. Com isso, foi aprovada na Câmara dos Deputados a criação da Sudene em maio de 1959, definida como uma agência de desenvolvimento regional responsável por planejar e coordenar os programas socioeconômicos de interesse do Nordeste, sendo-lhe conferido o poder de agir como órgão centralizador dos investimentos federais na região. Dois anos depois, é aprovado o I Plano Diretor da SUDENE.

Em 1962, Furtado torna-se Ministro do Planejamento do Presidente João Goulart e apresenta meses depois o Plano Trienal. Contudo, em meados de 1963, retorna para a SUDENE, onde permanece até o Golpe Militar.

Cabe ressaltar, ainda, que no período entre 1957 a 1964, o economista publicou importantes obras como *A operação Nordeste e Uma política de A operação Nordeste e Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* [GTDN] (1959), *Formação econômica do Brasil* (1959), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *A pré-revolução brasileira* (1962), *Plano trienal* (1962) e *Dialética e desenvolvimento* (1964). Destes, destaca-se o livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), no qual Furtado realiza a primeira teorização do fenômeno do subdesenvolvimento, que passará a ser o principal foco de seus estudos, ressaltando a vulnerabilidade externa e o subemprego como condições da estrutura periférica brasileira. Segundo Szmrecsányi,

[Foi neste livro que] Celso Furtado delineou pela primeira vez com precisão a sua teoria do subdesenvolvimento econômico, visto por ele como um desdobramento da Primeira Revolução Industrial, iniciada na Europa em meados do século XVIII. Tratava-se de uma decorrência da expansão espacial das economias industrializadas, principalmente das européias, em direção a regiões com ‘sistemas econômicos seculares, de vários tipos, mas todos de natureza pré-capitalista’. O contato destes sistemas com as vigorosas economias capitalistas e industrializadas deu origem

neles a ‘estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, e outra, a manter-se dentro da estrutura pré-existente’. Para o autor, era esse tipo de economia dualista que configurava ‘o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo’. Este, portanto, era visto por ele como ‘um processo histórico autônomo, e não como uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram um grau superior de desenvolvimento’. (SZMRECSÁNYI, 2001, p. 350)

2.4. 1964 a 1979: do início da Ditadura Militar ao retorno do exílio

Em março de 1964, Celso Furtado estava se dedicando integralmente à SUDENE após ter ocupado o cargo de Ministro do Planejamento do governo de João Goulart. Com o Golpe Militar e a edição do Ato Institucional nº 1 (AI-1), o economista teve seu nome incluído na primeira lista de políticos cassados.

Logo no mês seguinte, foi para Santiago do Chile a convite do Instituto Latino-Americano para Estudos de Desenvolvimento (Ildes), vinculado à Cepal, e posteriormente para New Haven, nos Estados Unidos, onde assumiu o cargo de pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale. Nos Estados Unidos, pode realizar uma série de atividades de ensino e pesquisa como professor visitante em renomadas instituições como Yale, Harvard e Colúmbia. Já na Europa, esteve presente em Cambridge, na Inglaterra, e em Sorbonne, na França, onde se tornou professor efetivo da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris-Sorbonne (1965-1985).

Nota-se, pois, que fora um período de grande contribuição acadêmica, com ampla dedicação à atividade docente e à redação e publicação de livros, que abordam temas inclusive para além do âmbito econômico. São obras publicadas no período *Subdesenvolvimento e estagnação* (1966), *Um projeto para o Brasil* (1968), *A economia latino-americana* (1969), *Análise do Modelo Brasileiro* (1972), *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), *Teoria e Política do desenvolvimento econômico* (1967), *Prefácio a Nova Economia Política* (1976) e *Criatividade e dependência* (1978).

2.5. 1979 a 1987: transição democrática e foco no debate sobre dívida externa

O ano de 1979 foi marcado pela Lei da Anistia, que permitiu que Celso Furtado e tantos outros intelectuais, artistas e políticos que estavam exilados, presos ou vivendo

clandestinamente no Brasil pudessem retomar suas vidas. Em 1981, o economista se filiou ao MDB, tornando-se membro da Frente Liberal ao lado de figuras como José Serra, Luciano Coutinho, Hélio Beltrão, Sérgio Quintella, Sérgio Freitas e Sebastião Vital, a fim de redigir o plano de governo da candidatura de Tancredo Neves. Em 1985, Furtado é nomeado Embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia, mudando-se para Bruxelas, mas logo retorna para assumir, no ano seguinte, o Ministério da Cultura de José Sarney.

Nota-se, pois, seu grande envolvimento com a política nesse período e, por isso, é fundamental compreender seu entendimento desta. Para Furtado, a política é um método, fruto da herança cepalina e da tradição social brasileira. Ademais, a política está intrínseca no projeto de desenvolvimento econômico e a democracia não pode ser compreendida como resultado da transformação econômica, mas sim como parte do processo. Por fim, o projeto político que o representa envolve o desenvolvimento como apropriação coletiva dos resultados econômicos, daí a leitura do projeto reformista furtadiano.

Ademais, do ponto de vista conjuntural, o período é marcado pela ascensão do ideário liberal anti-keynesiano, pelo fortalecimento da hegemonia estadunidense (TAVARES, 1985) e pela crise da dívida externa na América Latina. Do ponto de vista do pensamento econômico nacional, nota-se a crise do estruturalismo devido à urgência de temas contemporâneos; a emergência do pensamento neoestruturalista; e a manutenção de perspectiva cepalina dentre os pesquisadores da Unicamp e da UFRJ.

É justamente nesse período que Celso Furtado escreve, dentre outras obras, sua trilogia, que é o cerne do presente trabalho. Nos livros *O Brasil Pós- "Milagre"* (1981); *A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo* (1982), e *Não à Recessão e ao Desemprego* (1983), Furtado expõe o caráter do endividamento externo e tece críticas ao modelo de desenvolvimento baseado no consumo de bens duráveis, que levou ao agravamento da concentração de renda.

2.6. 1988 a 2002: últimos estudos e entrada para História

Celso Furtado deixou o Ministério em 1988 e voltou-se para suas atividades acadêmicas e literárias. Nesse período, dedica-se à realização de balanços e sínteses dos seus estudos (D'AGUIAR, 2019, p. 407). Publica importantes livros como *Brasil, a construção interrompida* (1992), *O capitalismo global* (1997), *O longo amanhecer* (1999) e *Em busca de*

novo modelo (2002). Nestes, não só se aprofunda no estudo do capitalismo contemporâneo, o subdesenvolvimento, a globalização e a cultura, como também aponta caminhos para o desenvolvimento, que decorrem do investimento em direitos básicos, no combate à concentração de renda, na inserção internacional e do envolvimento coletivo com a política, instrumento de transformação da realidade.

Passou a integrar, como membro permanente, a Comissão de Desenvolvimento e Cultura da Organização das Nações Unidas (ONU) e, em 1997, tornou-se membro do Comitê de Bioética da Unesco. No mesmo ano, tomou posse na Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 20 de novembro de 2004, com 84 anos, e entrou para a história como um dos maiores economistas e intelectuais brasileiros.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA NA DÉCADA DE 1980

Antes de adentrar mais a fundo na crítica furtadiana às negociações entre Brasil e Fundo Monetário Internacional (FMI) em si, faz-se necessário entender de maneira mais apurada o contexto histórico em que tal relação ocorreu. Assim, será exposta uma breve contextualização histórica, em relação tanto ao panorama internacional quanto ao cenário nacional, sobre o período da crise da dívida externa brasileira.

3.1. O panorama internacional

O contexto histórico da crise da dívida externa brasileira ocorreu entre meados da década de 1970 até o final da década de 1980. Mais precisamente, a crise se conflagrou após o primeiro choque internacional do petróleo ocorrido em 1973, em decorrência do conflito árabe-israelense na Guerra do Yom Kippur, e se agravou devido ao segundo choque internacional do petróleo em 1979, devido à emergência da Revolução Iraniana.

Estes choques foram caracterizados pelas restrições da oferta de petróleo pelos principais países exportadores da *commodity* no mundo, articulados na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esta restrição fez com que o preço do barril de petróleo se elevasse de forma abrupta, alterando os termos de troca a nível global.

Contudo, o panorama econômico já havia começado a mudar quando da ocorrência dos choques internacionais do petróleo. Houve, no período do pós-guerra, uma intensa transformação nas economias centrais do capitalismo.

[Furtado] Pontua a centralidade da economia dos Estados Unidos no modelo de Bretton Woods e a importância crescente das empresas transnacionais. Furtado identifica ainda a perda de margem de manobra dos Estados Nacionais frente à ação global dessas corporações, expressa no que considera como uma perda de autonomia dos centros de decisão nacionais. (MANZATTO, 2020)

Após 1945, a integração dos mercados dos países centrais se elevou consideravelmente, tendo como consequência a possibilidade das atividades produtivas se realizarem de forma transnacional, isto é, ocorrer ao mesmo tempo em mais de um país, por meio de filiais da empresa matriz. Foi com base nesse processo de transnacionalização da produção, em especial por empresas estadunidenses, que se gerou um processo de desenvolvimento uniformizado de padrão de consumo nas economias centrais, cujo caráter era predatório aos recursos naturais não renováveis e focado em um mercado consumidor de alta renda. (FURTADO, 1982)

Em seguida a transnacionalização do sistema produtivo, deu-se a transnacionalização do sistema financeiro. O FMI, instituição que deveria regulamentar o sistema monetário no globo, não conseguiu acompanhar as alterações na economia global provocadas pelo processo de transnacionalização da produção. Isto ocorreu devido à tutela exercida pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA) sob o Fundo. O grande beneficiário de tal falência do FMI foram os próprios EUA, uma vez que o dólar acumulou cada vez mais poder na economia internacional, até se tornar o meio de pagamento com poder liberatório universal. (FURTADO, 1982)

O fim do sistema Bretton Woods veio em 1971, com o fim da paridade dólar-ouro, e com ele se apressou o processo de transnacionalização do sistema financeiro. Deve-se notar que tal mudança ocorreu ainda antes do primeiro choque internacional do petróleo em 1973. Com o fim da paridade dólar-ouro, aumenta-se o nível de meios de pagamento no mundo, com uma grande elevação das reservas monetárias dos países centrais. Assim, com grande liquidez no globo, com parte considerável fora do controle dos Bancos Centrais, constitui-se um fator desestabilizador de sistemas monetários mundo afora. (FURTADO, 1982)

Assim, houve a criação de um sistema financeiro internacional com ampla autonomia de ação. O aumento das reservas monetárias dos Bancos Centrais é resultado deste fenômeno, contudo vale se destacar que os créditos oferecidos pelos bancos privados no mercado internacional superam as cifras das reservas monetárias. Contudo, com a autonomia das atividades transnacionais, a eficácia da coordenação de sistemas financeiros nacionais foi reduzida. (FURTADO, 1982)

As autoridades monetárias nacionais têm então seu campo de ação limitado, como é possível perceber na dependência das taxas de juros determinadas por tais entidades e aquelas aplicadas no sistema financeiro internacional. Neste cenário de fragilidade das autoridades

monetárias nacionais frente ao sistema financeiro internacional, ocorreu o primeiro choque internacional do petróleo em 1973.

Desta forma, quem passou a ditar as decisões sob liquidez, mesmo dentro de economias nacionais, foi justamente o sistema internacional, que ampliou fortemente a oferta de meios de pagamento na economia, gerando assim uma forte pressão inflacionária. Sob efeito de tal pressão, as autoridades nacionais não tiveram outra opção que não desaquecer sua demanda para frear o processo inflacionário, gerando assim altas taxas de desemprego pela primeira vez em mais de duas décadas nos países do capitalismo central. (FURTADO, 1982)

O processo de transnacionalização econômica também chegou à periferia do capitalismo, contudo, nestes locais, o processo sofreu interferência da industrialização tardia. Como característica deste fenômeno, a transnacionalização da produção precisa implicar em uma homogeneização dos padrões de consumo, privilegiando bens duráveis. Contudo, tal padrão corresponde a uma fase avançada da acumulação capitalista, não condizente com a realidade dos mercados internos latinoamericanos. Dessa forma, para atender tais padrões de produção, foi necessário que as economias da América Latina se submetessem a um processo de concentração de renda. (FURTADO, 1982)

É neste contexto que o endividamento externo aparece como possibilidade para sustentar tal “modelo de desenvolvimento” concentrador de renda, tendo como consequência mais durável a pressão na balança de pagamentos destes países. Portanto, as nações da América Latina tiveram que aumentar sua proporção de exportações relativamente às importações para obter um saldo positivo em suas contas correntes, buscando assim mais espaço no mercado internacional, reforçando abertura comercial. As empresas transnacionais, então, também se fortaleceram neste sentido. (FURTADO, 1982)

Deste modo, a tendência das economias periféricas, então, foi de perda da autonomia das autoridades monetárias nacionais frente ao sistema financeiro internacional, além da redução do poderio e do alcance de suas políticas econômicas.

3.2. O contexto nacional

Para entender o cenário nacional anterior à crise da dívida externa, é necessário compreender que existe uma divergência de análise entre os economistas brasileiros sobre tal período. Inicialmente será abordado o ponto de vista ortodoxo sobre o dilema, para em seguida se focar na caracterização de Celso Furtado.

Em primeiro lugar, é preciso analisar a situação econômica do Brasil pré 1980, antes do forte agravamento da crise. No ano de 1979, nosso país enfrentava uma inflação anual de 77%, além de uma grave deterioração da situação fiscal do Estado. O primeiro choque internacional do petróleo, ocorrido em 1973, marcou o final do período do “milagre econômico” e exigiu uma reorientação da economia brasileira, sendo adotado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Tal programa adotado durante o governo Geisel se centrou no endividamento externo como forma de ajustar o balanço de pagamentos, atrair investimentos e financiar o crescimento econômico nacional. Contudo, em 1979 o pacote de investimentos esperado pelo governo não havia se concretizado por completo, fazendo com que o Brasil continuasse ainda muito dependente da importação do petróleo, cujo preço internacional disparava desde 1973. (FISHLOW, 1986)

Em segundo lugar, como consequência da crise internacional de 1979, o FED - autoridade monetária dos EUA - decide elevar sua taxa básica de juros, atraindo o capital internacional para o mercado interno estadunidense. Como consequência, para evitar uma grande evasão de divisas de seus mercados nacionais, os demais países também aumentam suas taxas de juros, ocorrendo assim também no Brasil, que eleva sua taxa de juros a um nível superior ao determinado pelo FED. Essa elevação na taxa de juros internacional ocasiona duas consequências importantes para a economia brasileira: por um lado a dívida externa brasileira, muito elevada como já comentada, aumenta ainda mais por conta dos empréstimos anteriores terem sido feitos com juros flutuantes. Por outro lado, o país passa a enfrentar sérias dificuldades de obter novos empréstimos internacionais, essenciais para pagar a rolagem da dívida externa que se expandia, conseguindo apenas negociar com o FMI. (SALOMÃO, 2015)

Em terceiro lugar está o ajuste no balanço de pagamentos. Após o choque de 1979, o país passou a acumular saldos em transações correntes negativas, devido ao saldo negativo da balança de rendas – ocasionado justamente pelo aumento dos juros da dívida externa corrente – e ao saldo também negativo da balança comercial – gerado pela grande dependência brasileira da importação de petróleo –, além de um posterior saldo próximo a zero na balança

de capitais, originado pela incapacidade de tomar novos empréstimos internacionais. Em decorrência desta situação, busca-se como solução obter um grande saldo positivo na balança comercial a partir de um estímulo às exportações e de uma redução nas importações. Tal saldo positivo seria atingido por meio de uma política monetária contracionista, em que se aumentaria o juros e reduziria a atividade econômica, a fim de se gerar um recuo da demanda por importações e, assim, reduzi-las, além de uma política de maxivalorização da taxa de câmbio, com o intuito de reduzir os preços relativos das exportações nacionais e, desta forma, aumentá-las. (MALAN, 1983)

Esta política contracionista, segundo a ortodoxia liberal, seria o principal meio de se conseguir um ajuste no balanço de pagamentos e, como consequência, obter um crescimento econômico, como de fato se observou no biênio 1984-1985, posteriormente a tal ajuste. (MALAN, 1983).

“Segundo Bacha (1984, p. 584), havia três razões básicas que conduziram à deterioração das contas externas do Brasil entre o final dos anos 70 e início dos 80: os choques externos representados pelas duas expressivas altas de preço do petróleo, cujos impactos sobre os termos de troca e as taxas de juros internacionais são conhecidos, o incremento do custo da dívida externa daí decorrente e a perda de controle do Estado sobre a economia como resultado, dentre outras coisas, de políticas internas equivocadas e ineficazes.” (GRANDI, 2020)

Contudo, como afirmado anteriormente, tal abordagem não é um consenso entre os economistas. A visão de Celso Furtado é significativamente diferente da apresentada até aqui. Para o economista, o caso brasileiro era emblemático para a grave situação de endividamento externo que acometia de forma generalizada os países do chamado Terceiro Mundo.

Na análise sobre o período referido como “milagre econômico”, Furtado observa que, de modo geral, associa-se o endividamento externo a uma consequência do crescimento durante o milagre econômico. Contudo, não é isto que o autor acredita. Dentre as fontes para o crescimento econômico do milagre estão a utilização da capacidade ociosa existente na economia brasileira, devida à recessão de 1965 e 1966, além da estagnação dos salários neste período anterior, e também a flexibilidade externa, com expansão da demanda externa e aumento na capacidade de importação brasileira superior à oferta global. Por fim, houve um

aumento da renda das classes médias e altas e uma expansão da indústria de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e automóveis. Ainda assim, metade da população brasileira se encontrava abaixo da linha da pobreza. (FURTADO, 1982)

A grande entrada de recursos estrangeiros do país não foi especialmente direcionado para o setor produtivo brasileiro, mas sim para financiar gastos de consumo e aumentar as reservas monetárias do país. Desta forma, não foi o endividamento externo o maior responsável pelo crescimento econômico do país durante o período do milagre econômico. (FURTADO, 1982)

Contudo, o processo de endividamento externo deve ser entendido no cenário de mudanças institucionais do sistema monetário brasileiro. Não existia uma autoridade monetária de fato, capaz de regular a liquidez do sistema brasileiro. Havia elevada inflação e uma ainda maior criação de meios de pagamentos na economia. (FURTADO, 1982)

Deste modo, ocorre uma reforma do sistema bancário no país. É criado o Banco Central do Brasil, entidade que passou a ser a autoridade monetária nacional para regular a liquidez da economia. É também criada a lei do mercado de capitais, cujo objetivo era de desenvolver um mercado de capitais para investimentos a médio e longo prazo, com seu instrumento privilegiado sendo os bancos de investimento, muito ligados ao capital internacional. (FURTADO, 1982)

Contudo, os objetivos dessas reformas no sistema monetário perderam-se de vista rapidamente. Houve um aumento do multiplicador de crédito, o que anulou o efeito de expansão da massa monetária. A aceitação dos títulos do governo e o baixo custo de captação de moeda estrangeira dos bancos de investimento maquiavam a pressão inflacionária devido ao rápido aumento do dispêndio. O aumento das reservas encobria a situação externa vulnerável. Mesmo assim, o saldo da balança comercial deixou de ser positivo em 1970.

Deste modo, fica explícito que as raízes do endividamento externo já estão presentes durante o período do milagre econômico.

O ponto central do livro [*O Brasil pós-milagre*] se vincula ao fato de que o crescimento econômico exacerbado ocorrido durante o “milagre”, em especial do setor manufatureiro, se deu sem que a estrutura produtiva do Brasil “alcançasse níveis mais altos de capacidade de autotransformação” (FURTADO, 1981, p. 40-41). Esta questão, portanto, da elevação da capacidade de autotransformação do sistema econômico nacional é o mote que vai nortear toda a reflexão crítica do autor

sobre os erros do projeto de desenvolvimento que dera sustentação ao regime militar e que, por sua vez, se agravaram após a nova conjuntura decorrente da alteração dos preços relativos da economia, acarretada em virtude do primeiro choque internacional do petróleo. (GRANDI, 2020, p.4)

Após a ocorrência do primeiro choque internacional do petróleo, em 1973, o governo demora em perceber a gravidade da situação da dívida externa do país. Isto não se dá apenas pelo clima de triunfo dos anos do milagre, mas também pela falha dos instrumentos criados a partir da reforma do setor bancário de 1964. De um lado estavam aqueles que propunham um tratamento de choque, com recessão aos moldes do que era demandado pelo FMI. De outro estavam aqueles que defendiam um maior controle das importações e do petróleo produzido no exterior, além de reduzir investimentos nas áreas da economia mais atreladas ao mercado internacional. (FURTADO, 1982)

Houve uma política econômica de abertura da economia com o II PND, no qual se pretendeu realizar uma recuperação do equilíbrio externo por meio de uma substituição dinâmica das importações. Diagnóstico de que a industrialização do período do milagre fora desequilibrada, com atraso nos setores de insumos básicos e bens de capital. Deste modo, completar o tecido industrial brasileiro e diversificar as exportações em economias de escala eram, segundo Furtado, corretas. Contudo, estas políticas demandam ações complementares no sentido de alterar a alocação geral de recursos, criando assim um hiato de recursos externos.

Foi nesse contexto que o Brasil enfrentou o segundo choque do petróleo em 1979, com aumento do preço do barril e das taxas de juros internacionais, além de uma pressão contracionista em suas exportações para os países agora em recessão. Nem mesmo a recessão de 1981 foi capaz de eliminar tal hiato.

A desarticulação dos instrumentos de política monetária se agravou no país, passando tal instabilidade também para os instrumentos de política fiscal e creditícia. Tal experiência de 1981-82 demonstra como a receita monetarista do FMI é insuficiente para cessar o processo de endividamento externo. “A terapêutica do FMI não deve ser criticada apenas por ser anti-social, mas também por ser ineficaz” (FURTADO, 1982). Para enfrentar o problema do grande peso representado pelo serviço da dívida, que retrata um freio ao crescimento econômico, faz-se necessário aumentar a taxa de poupança e ampliar a capacidade de

pagamento no exterior. “Utilizar a recessão para recuperar o equilíbrio externo é agravar um sacrifício que em qualquer hipótese sempre será grande” (FURTADO, 1982).

O tratamento dado à dívida externa está equivocado, segundo Furtado, sendo as condições de refinanciamento “intoleráveis e conduzindo o país inexoravelmente à bancarrota” (FURTADO, 1982). O objetivo central da negociação deveria ser a limitação dos juros reais estabelecendo um teto. Furtado ainda afirma ser “inacreditável” que a degradação dos termos de troca dos países pobres fosse um motivo para que estes paguem mais por um dinheiro que já havia sido tomado emprestado.

Por fim, é importante perceber que o problema do endividamento externo crescente é de todo o Terceiro Mundo, não apenas do Brasil. Entretanto, nosso país, por ser uma das maiores economias deste campo global, poderia ser central na discussão sobre a renegociação da dívida externa dos países subdesenvolvidos.

O custo desse endividamento para a sociedade foi tanto maior quanto em grande parte ele foi o fruto das facilidades dadas aos especuladores que realizavam operações de arbitragem no mercado de dinheiro, financiando-se no exterior a baixo custo sem incorrer em qualquer risco cambial. Como a utilização desses recursos dentro do país estava ao arbítrio de empresas e/ ou intermediários que os obtinham no exterior, as autoridades monetárias se viram progressivamente cerceadas em sua capacidade de levar adiante uma política de controle da criação de liquidez. Em síntese: em 1979, no momento da segunda elevação dos preços do petróleo, a situação dos centros de comando da economia brasileira era de semiparalisia; quase nenhum espaço lhes restava para manobrar, seja no campo fiscal, seja no monetário, seja no cambial. As forças que os imobilizavam eram as mesmas que arrastavam o país ao crescente endividamento externo, forçando-o a aceitar taxas de juros e prazos de amortização cada vez mais onerosos. (FURTADO, 1981, p. 51).

4. A CRÍTICA FURTADIANA AO FMI

Este capítulo tem como objetivo explorar a crítica que Celso Furtado faz ao acordo entre o governo do Brasil e o FMI no começo da década de 1980. Antes, contudo, de adentrar mais precisamente aos comentários do economista, é relevante analisar um trecho de seu prefácio ao livro de 1982 referente ao processo de transnacionalização que ocorreu sobre a economia brasileira:

A dívida externa é agora estudada como um aspecto do processo de transnacionalização do sistema econômico brasileiro, cujo quadro institucional vem sofrendo modificações de alcance ainda não adequadamente apreciado. Por outro lado, a transnacionalização já não é vista apenas como emergência de novo sistema de divisão internacional do trabalho, no qual intercâmbio externo e produção interna se integram em blocos sob o controle de firmas que atuam em âmbito planetário. Existe a preocupação de também projetar luz sobre as transformações dos circuitos internos, particularmente os monetários e financeiros, observando-as como aspecto do processo global de transnacionalização. Este ângulo de observação nos permite perceber que a doutrina monetarista, que ganhou ampla voga nos anos 70, desempenha importante papel como instrumento de racionalização do referido processo. Sua face ideológica aparece a plena luz. (FURTADO, 1982)

Por meio dessa citação é possível perceber o desgosto de Furtado em relação à “doutrina monetarista” introduzida na América Latina pelo processo de transnacionalização. Esta escola de pensamento, enquadrada no espectro da ortodoxia liberal e focada apenas na resolução de problemas de curto prazo, por sua vez, é a mesma aplicada sob as economias nacionais que possuem acordos de empréstimo firmados sob a tutela do FMI, sendo esta instituição uma importante propagadora da referida doutrina. A partir deste elemento central, é possível prosseguir rumo ao entendimento da crítica furtadiana.

Furtado caracteriza a crise da dívida externa brasileira, causa direta da negociação com o Fundo, de maneira muito contundente, chegando a afirmar que ela seria uma “ameaça ao processo de formação da nacionalidade brasileira” (FURTADO, 1989). De fato, devido à situação externa, a autoridade monetária brasileira perdeu muito de seu poder de autodecisão, uma vez que seus instrumentos de política monetária e fiscal encontravam-se com um alcance extremamente limitado. Neste sentido, o autor afirma que não existiria nada que seria mais grave do que uma nação “perder a autonomia de decisão no momento em que cabe enfrentar

uma crise de grandes proporções” (FRUTADO, 1982), uma vez que ao país em questão restaria apenas a vulnerabilidade externa e a dependência em relação aos credores internacionais.

Assim, o autor compreende o processo de endividamento externo desordenado nesse período como “uma consequência dessa perda de comando do sistema econômico, demais de ser um fator autônomo de realimentação do referido processo de internacionalização”. Assim, o autor questiona a lógica da doutrina monetarista, “que preconiza a elevação do nível de racionalidade das decisões econômicas”, ao retirar dos países devedores seus meios autônomos de decisão, justamente em um momento de grande instabilidade externa (FURTADO, 1982).

O economista prossegue sua caracterização, sustentando que a problemática do endividamento externo não seria exclusividade do Brasil, mas sim uma constante na grande maioria dos países do Terceiro Mundo. A diferença do caso brasileiro, entretanto, decorria das dimensões da economia nacional, uma das maiores pertencentes ao mundo subdesenvolvido. Por esta razão, Furtado acreditava que o país poderia ter papel central no futuro das negociações referentes à dívida externa dos países subdesenvolvidos.

Contudo, como já referido neste trabalho, o escritor não deixa de salientar que a situação brasileira, que já não estava confortável anteriormente ao segundo choque internacional do petróleo, piorou significativamente após as negociações com o FMI, como é possível perceber na seguinte citação:

Durante muitos anos fomos vítimas de políticas marcadamente anti-sociais, que contribuíram para agravar malformações que nos vêm do passado. As desigualdades sociais se aprofundaram, a massa dos excluídos cresceu ao mesmo tempo que se instalava a classe média na ilusão de uma prosperidade sem limites. Agora, descobrimos também que fomos vítimas de uma série de engodos, que o País foi hipotecado a bancos estrangeiros e que foram assinados acordos com instituições financeiras internacionais que implicam derrogações de nossa soberania" (FURTADO, 1983)

Contudo, ainda resta indagar: por quais motivos Celso Furtado desacreditava dos acordos financeiros com o FMI? Para responder a esta questão, faz-se necessário abordar alguns tópicos distintos.

Primeiramente, é importante destacar o objetivo da política monetarista emplacada pelos credores internacionais. Como forma de reduzir as pressões inflacionárias decorrentes da crise de liquidez devido às problemáticas da dívida externa, era proposto um tratamento de choque mediante imposição de um quadro recessivo ao país em questão. Desta forma, como meio de renegociar a dívida e afastar a inflação, a nação aceitava diminuir sua taxa de crescimento e aumentar seu atraso relativo de desenvolvimento em relação aos países centrais de economia industrial.

Dessa forma, as consequências para os países submetidos a tal política era devastadora. No Brasil, a “recessão dos últimos três anos se está traduzindo principalmente em desemprego para a massa dos trabalhadores de salário mínimo e em baixa do salário real dos grupos de renda médias e altas” (FURTADO, 1983). Dessa forma, o economista propõe que, enquanto a administração da dívida externa determinar a política econômica do país, o crescimento será reduzido, assim como a criação de novos empregos, e a população abaixo da linha da miséria continuará em alta.

Assim, é possível compreender uma oposição entre a lógica de curto prazo que pauta os banqueiros e as instituições financeiras internacionais e a lógica do desenvolvimento necessária aos países do Terceiro Mundo, impreterivelmente focada em políticas de longo prazo. Por conta dessa percepção, Furtado declara que “os acordos que estão sendo assinados [entre o governo do Brasil e o FMI] são de capitulação, comprometem o presente e o futuro” (FURTADO, 1983), além de colocar em xeque o próprio desenvolvimento nacional.

Logo, torna-se evidente o reforço à dependência que tal política econômica acarreta sob os países aos quais ela é aplicada. “É para aprofundar essa dependência que estamos sendo submetidos a um processo de ‘ajustamento’, operação plástica que nos deverá modelar ao gosto dos padrões da nova ordem financeira internacional” (FURTADO, 1983). O escritor, contudo, vai ainda além em sua condenação:

Ninguém de bom senso e com um mínimo de espírito público pode aceitar que a recessão seja uma solução para os problemas brasileiros em face da crise mundial atual. A recessão é um tipo de política econômica que somente se justifica em países ricos, com seguro contra o desemprego, amplas reservas de câmbio e acesso ao crédito externo. Nós não preenchemos nenhuma dessas condições.” (FURTADO, 1983)

Outro fator necessário à compreensão da crítica furtadiana a esta situação que o Brasil se encontrava no início da década de 1980 é justamente o papel que o Fundo Monetário Internacional detém no quadro econômico global. Essa instituição foi fundada no contexto de reconstrução econômica do pós segunda guerra mundial, com o objetivo de auxiliar os países parceiros com “dificuldades passageiras na conta corrente da balança de pagamentos”. Contudo, “a crítica que se tem feito ao FMI, desde os anos 50, dirige-se ao fato de essa instituição pretender assimilar todos os desequilíbrios externos aos problemas de balança de pagamentos que podem ser tratados com medidas monetárias e fiscais”. Dessa forma, não há espaço de compreensão por parte do Fundo de que os processos inflacionários e de endividamento dos países periféricos poderiam advir de fatores estruturais próprios à formação econômica e social destas nações.

Deste modo, Furtado argumenta que o FMI foi transformado em um “instrumento para impor aos países do Terceiro Mundo normas tendentes a aprofundar a internacionalização de suas economias, que deixam de ser sistemas auto controláveis para tornarem-se extensões do mercado internacional” (FURTADO, 1983). Ao mesmo tempo, ao se analisar a história da referida instituição financeira, o renomado economista diz que ela desenvolveu-se como um mecanismo de tutela aos países inadimplentes ao redor do mundo. Isto, por sua vez, “representa um progresso considerável com respeito à época em que os credores mandavam navios de guerra para ocupar aduanas de países devedores *en défaut*”. Entretanto, segue o autor, o espírito continuaria igual, na medida em que o FMI busca “submeter a controle um Estado que se considera incompetente para gerir os próprios negócios”. (FURTADO, 1981)

Da mesma forma que Furtado elenca essas inúmeras críticas às negociações feitas entre o FMI e o governo brasileiro, o economista também apresenta o modelo de desenvolvimento que acreditava ser o correto para que o Brasil se desenvolvesse, de modo a incluir a maioria da população. Deste modo, o autor adverte que “no esforço para corrigir o desequilíbrio externo não se deve perder de vista que o Brasil continuará a desenvolver-se essencialmente apoiado no mercado interno” (FURTADO, 1982).

Este elemento, o mercado interno, é de particular importância para o pensamento furtadiano. Uma vez que o acordo com o FMI colocaria o Brasil em um lógica ainda mais inserida no mercado internacional, Furtado temia que o mercado interno fosse preterido em detrimento de um aumento no coeficiente de exportações. Isto, segundo o autor, seria o

caminho para a “bancarrota”, uma vez que o processo de industrialização brasileira - e seu consequente desenvolvimento econômico e social do país - sempre se deu apoiado no mercado interno, sendo este o centro dinâmico da economia nacional. Uma vez focando-se completamente para o mercado externo, o Brasil estaria cada vez mais distante de alcançar o tão almejado desenvolvimento.

Além disso, o que Furtado propõe aos países endividados é que haja uma reorientação no seu processo de desenvolvimento. Apoiadas sob um desejável crescimento da poupança interna, essas nações deveriam criar saldos em contas correntes para que se engendrasses um processo de “desendividamento” do setor externo. Contudo, a curto prazo, o escritor defende que “um primeiro objetivo a alcançar teria de ser restituir ao Estado autonomia de ação e eficácia no que respeita aos instrumentos clássicos de política econômica no campo fiscal, no monetário e creditício, e no cambial” (FURTADO, 1981). Además, Furtado também declara:

A dívida externa atual não vai ser paga com o aumento a curto prazo das exportações, e sim como o desenvolvimento da economia no correr dos anos. A curto prazo o que se deve ter em vista é frear o processo de endividamento e renegociar as condições do serviço da dívida, reduzindo seu peso no futuro imediato, ou durante o período que se mantenha a recessão nas economias centrais. Esses objetivos podem ser alcançados sem submissão a uma tutela externa, que é tanto mais daninha quanto pretenda ocultar-se por trás de uma suposta racionalidade tecnocrática como acontece com a exercida pelo Fundo Monetário Internacional. (FURTADO, 1983)

Entretanto, o economista vai além dessas proposições e indaga-se sobre qual seriam as formas de organização política que as nações do Terceiro Mundo deveriam elaborar para escapar desta situação de extrema dependência do capital internacional. Uma vez que o FMI pertence ao sistema das Nações Unidas, não seria por este caminho que se solucionaria a questão da dependência.

Para tentar resolver esta indagação, há que se ter em vista que os grandes países devedores do Terceiro Mundo são observados de perto pelos grandes bancos credores internacionais. A reunião de tais agentes no Banco de Acordos Internacionais (BIS), na Basileia, mostra a articulação já existente do sistema financeiro internacional, pelo menos do lado dos credores.

O fim do endividamento dos países do Terceiro Mundo seria melhor logrado com o emprego da cooperação internacional. Sem tal apoio, os países devedores tendem a reduzir suas importações, reforçando uma tendência recessiva quanto à economia internacional. Contudo, por não haver uma consciência da interdependência entre os interesses dos países credores e devedores - qual seria o crescimento da economia mundial, gerando um aumento das exportações do país e uma maior oferta de importações para o mesmo - “é natural que os países endividados procurem cerrar filas para reduzir a própria debilidade” (FURTADO, 1982), assim como fazem as nações credoras.

Posto isto, Furtado conjectura sobre esta possível união de países endividados. Ele então sugere, inspirado pela declaração de um burguês belga proferida em tom de preocupação, que se criasse uma OPEP das nações devedoras. Deste modo, os países fortemente endividados conseguiriam se juntar e barganhar com maior força por melhores termos de troca em suas renegociações de dívidas com os órgãos de financiamento multilaterais, como o caso do próprio Fundo Monetário Internacional.

Apesar de não ter havido nenhuma organização formal neste sentido, o sentimento de solidariedade entre os povos vítimas do endividamento externo e das políticas monetaristas do FMI cresceu de maneira evidente ao longo da década de 1980. “A ideia de uma OPEP dos encalacrados pode ser simples miragem. Mas é um indício de que a ação tende a encaminhar-se para uma confrontação” (FURTADO, 1982).

Furtado segue assim com sua crítica, delineando circunstâncias e condições para que os países subdesenvolvidos, cada qual com sua especificidade histórica e social, pudessem alcançar os seus desenvolvimentos nacionais. Assim, o autor expõe a seguinte reflexão:

É verdade que, para evitar a recessão nas circunstâncias presentes, duas condições são necessárias. Primeiro, que a renegociação da dívida externa seja feita em função dos interesses da coletividade brasileira, e não, prioritariamente, no interesse dos bancos internacionais. Segundo, que se adote uma rigorosa política de reciclagem do setor industrial para reduzir sua dependência de insumos importados e visando a satisfazer as necessidades gerais da população. [...] Ora, essa segunda condição dificilmente poderá ser satisfeita se se levam à prática os acordos negociados com o FMI. (FURTADO, 1982)

Enfim, de maneira sintética, o que Celso Furtado considerava desejável para libertar os países endividados do próprio endividamento externo poderia ser explicitado em quatro

pontos. Em primeiro lugar, a recuperação da liberdade de ação do Estado nacional no âmbito econômico. Em segundo, a reconstrução dos instrumentos de política econômica do país. Em terceiro, o redirecionamento de investimentos. E em quarto, a modificação do modelo de desenvolvimento nacional.

Contudo, vale destacar que, para o autor, a questão política também estava no centro do debate do desenvolvimento, uma vez que ele apenas acreditava em uma transformação na política econômica do governo ditatorial brasileiro por meio da movimentação política. Logo, para Furtado, “a reorientação do processo de desenvolvimento passa por modificações estruturais cuja realização requer a mobilização de amplas forças sociais” e que deve-se pretender a alterar “as bases de sustentação do Estado” brasileiro (FURTADO, 1983).

Por fim, Furtado descredibiliza o FMI por não dispor, segundo o escritor, de competência técnica para supervisionar o Brasil em seu processo de “desendividamento”. Tal incapacidade seria devida à estreiteza de visão que a política monetarista possui, visto que esta adota uma metodologia a-histórica e importada dos países centrais do capitalismo industrial, sem que esta seja compatível com as economias periféricas subdesenvolvidas com as quais impõe sua política de recessão e desemprego forçado. Desta forma, conclui o autor:

A experiência que adquiri no trato das políticas de desenvolvimento e na observação da atuação do FMI me autoriza a afirmar que essa instituição não dispõe de competência necessária para orientar o Brasil na busca de uma saída para a grave crise que enfrenta atualmente. Não são pruridos nacionalistas que me levam a fazer essa afirmação. Faço-a cumprindo o dever, que corresponde a todo cidadão, de defender os interesses da coletividade a que pertence com os meios a que dispõe. (FURTADO, 1983)

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve por objetivo compreender a crítica furtadiana ao Fundo Monetário Internacional (FMI) nos primeiros anos da década de 1980. Estruturado em quatro partes fundamentais, para além da introdução e desta conclusão, realiza-se uma profunda revisão bibliográfica, seguida do estudo sobre sua vida e obra, adentrando na contextualização histórica, com especial destaque para a crise da dívida externa no período, para enfim chegar à visão furtadiana do FMI.

Por meio da revisão de literatura, foi possível recapitular cada um dos três principais livros de autoria de Celso Furtado que aqui são analisados, buscando diferenciá-los e colocar em voga suas principais contribuições ao pensamento do autor. Além disto, também foi realizado uma breve análise de uma série de outros textos complementares ao estudo e à confecção deste presente trabalho.

A partir do exame mais detalhado da vida de Celso Furtado, tornou-se mais compreensível o caminho percorrido pelo autor para a maturação de seus pensamentos. Em especial, seu profundo desprezo pelos governos militares, dos quais teve que se exilar, e sua sincera valorização dos regimes democráticos. A luta por desenvolvimento econômico e por justiça social não estavam apenas presentes em suas aulas e obras, mas também estavam intrinsecamente ligados a sua vida pessoal.

Já através da contextualização histórica, fez-se assimilar a conjuntura em que Furtado escreveu os livros aqui examinados. Em primeiro lugar, realizou-se uma contextualização do panorama internacional de intensas modificações, cujos impactos incidem até a contemporaneidade, vide a presença até hoje do padrão dólar e da hegemonia exercida pelo sistema financeiro internacional. Em segundo, procurou-se explicar a complexa circunstância em que se encontrava a economia brasileira - e mais precisamente seu nível de endividamento externo - retomando desde o período conhecido como “milagre econômico” até as vésperas da negociação do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional.

Por fim, mediante a análise mais criteriosa da crítica furtadiana à política de caráter monetarista emplacada pelo FMI globalmente, foi possível qualificar as mazelas impostas pela recessão forçada como solução à crise do endividamento externo dos países do Terceiro Mundo. Primeiro por uma caracterização mais precisa da política empregada pelo Fundo Monetário Internacional, depois por meio das críticas de forma mais explícita, e por fim por

intermédio de possíveis soluções não dependentes de “desendividamento” dos países devedores - entre elas a possível criação de uma “OPEP” formada por tais nações - definiu-se o pensamento de Celso Furtado em relação a este importante processo pelo qual majoritariamente os países subdesenvolvidos percorreram.

Desta forma, conclui-se que, para Furtado, não existe possibilidade de desenvolvimento para o Brasil sem que haja soberania nacional e monetária, participação política popular, distribuição de renda e um processo democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, Edmar L. **Do Acordo de Plaza a moratória técnica: os tortuosos caminhos da renegociação da dívida externa brasileira, 1983-87**, Texto para discussão, No. 158, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Do “Manifesto Latino-Americano” de Raul Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na CEPAL**. Revista de Economia Contemporânea. 2020, v. 24, n. 01.

_____. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4a ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000a. 480p.

BRICS. **Agreement on the New Development Bank**. Fortaleza, 2014.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004

_____. **Maus Samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

FISHLOW, A. **A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974-84**. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 507-550, dez. 1986.

FURTADO, C. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961

_____. **Diários intermitentes: 1937-2002**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

_____. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

_____. **Não à recessão e ao desemprego**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GRANDI, G. **Celso Furtado, 100 anos: O Brasil pós-“milagre” (1981)**. Informações FIPE, n. 477, p. 69-76, junho 2020.

_____. **Celso Furtado, 100 anos: A nova dependência: dívida externa e monetarismo (1982)**. Informações FIPE, n. 478, p. 78-86, julho 2020.

_____. **Celso Furtado, 100 anos: Não à recessão e ao desemprego (1983)**. Informações FIPE, n. 479, p. 57-64, agosto 2020.

LANGONI, C.G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

MALAN, P.S. **A questão externa**. In: FMI x Brasil: a armadilha da recessão. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil, p. 69-102, 1983.

MANZATTO, Rômulo; SAES, Alexandre Macchione. **Celso Furtado, intérprete da dependência**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 78, p. 182-205, abr. 2021.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. Assunção, 1991.

_____. **Tratado de Ouro Preto**. Ouro Preto, 1994.

_____. **Tratado de Ushuaia**. Ushuaia, 1998.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.** Boletín Económico de América Latina, Santiago de Chile, v. 7, n. 1, 1962[1949].

SALOMÃO, Ivan. **Do Estrangulamento Externo à Moratória: a Negociação Brasileira com o FMI no Governo Figueiredo (1979-1985).** Revista de Economia Contemporânea. 2016, v. 20, n. 1, pp. 5-27.

SOUZA, P. H. G. F. de. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013.** São Paulo: Hucitec, 2018.